

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 956.908 - SP  
(2016/0194902-6)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : COMTINFER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**  
**ADVOGADOS : CAROLINA COSTA CARDOSO GAMEZ NUÑEZ E OUTRO(S) -**  
**SP174976**  
**CHARMILA MAIARA RODRIGUES SILVA E OUTRO(S) -**  
**SP279930**  
**AGRAVADO : CONGRESERV CONCRETO E SERVIÇOS LTDA**  
**ADVOGADO : ISABELLA FRANCHINI MEIRA - SP317887**  
**AGRAVADO : ITAU UNIBANCO S.A**  
**ADVOGADOS : CARLOS NARCY DA SILVA MELLO - SP070859**  
**LUCAS DE MELLO RIBEIRO E OUTRO(S) - SP205306**

## **DECISÃO**

Trata-se de agravo interno interposto por COMTINFER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA contra decisão de e-STJ fls. 281/282, por meio da qual o Ministro Presidente do STJ não conheceu do agravo em recurso especial por considerar ausência de preparo.

Diante das razões expendidas na petição de e-STJ fls. 286/295 reconsidero a decisão agravada regimentalmente e passo a examinar o inconformismo da parte agravante.

O agravo foi interposto contra não admissão, na origem, de recurso especial fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, manejado em face de acórdão assim ementado:

ACÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. Sentença de procedência. Pretensão de reforma. CABIMENTO: Não há nos autos prova do alegado pagamento em duplicidade.

Divergência das informações constantes dos documentos apresentados pela autora. Sentença reformada.

RECURSOS PROVIDOS.

Foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial, alega a parte agravante violação dos arts. 165, 458, II, e 535 do Código de Processo Civil, apontando omissão e contradição no julgado; arts. 186, 932, 884, 876 e 927 do Código Civil; e 333, 334, 365, 368, 372, 373 do Código de Processo Civil, ao argumento de que ficou comprovado o pagamento em duplicidade, havendo o acórdão recorrido partido de premissa equivocada para afastar a comprovação.

Inicialmente, destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da

# *Superior Tribunal de Justiça*

entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

O Tribunal de origem assim se manifestou acerca das provas (fl. 175, e-STJ):

Verifica-se dos autos que a apelada instruiu a petição inicial com os boletos bancários de fls. 22 e 26 e seus respectivos comprovantes de pagamento de fls. 24 e 28.

No entanto, a autenticação mecânica não consta dos próprios boletos de fls. 22 e 26, mas de outros dois boletos com data de vencimento e sacado distintos (fls. 24 e 28).

Ademais, a autenticação mecânica constante dos dois boletos de fls. 24 e 28 é exatamente a mesma.

Deve-se acrescentar que no documento de fls. 30 consta o valor do boleto duas vezes, porém não há qualquer discriminação do código de barras.

Ressalte-se ainda que na segunda via dos dois boletos apresentados em réplica a fls. 101/103 a autenticação mecânica é distinta da constante dos boletos apresentados com a petição inicial.

Assim, diante de toda essa divergência de informações constante dos documentos apresentados pela apelada não é possível concluir-se que houve o alegado pagamento em duplicidade.

A conclusão do Tribunal revisor foi obtida pela análise do conteúdo fático dos autos, que se situa fora da esfera de atuação desta Corte, nos termos do enunciado 7 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora